



O que é a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais?

A Política de Privacidade e Proteção de Dados estabelece os termos e condições em que a Clínica Teresa Rebelo Pinto – Psicologia & Sono (doravante abreviadamente designada “**Clínica TRP**”), Sociedade por Quotas, com o número de identificação fiscal 516382799, com o CAE 86906, 72200, 86220 e 85591, com sede em Campo Grande, n.º 12, 1.º S 4, escritório 5, 1700-092 Lisboa trata os dados pessoais dos seus utentes e os direitos que estes podem exercer de acordo com o disposto no Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 do Parlamento Europeu e do Conselho, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (doravante abreviadamente designado “**RGPD**”) e restante legislação nacional aplicável em matéria de privacidade e proteção de dados.

O que são dados pessoais e o tratamento de dados pessoais?

Um dado pessoal consiste em qualquer tipo de informação relativa a uma pessoa singular independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem. Por exemplo, o nome, um número de identificação, dados de localização, contactos, até elementos da sua identidade física, económica ou social. O tratamento de dados pessoais representa qualquer operação efetuada, por meios automatizados e não automatizados, sobre estes dados - recolha, registo, alteração, consulta, utilização, transmissão e destruição.

Quem é o responsável pelo tratamento de dados pessoais?

O responsável pelo tratamento de dados pessoais é a Clínica TRP. No entanto, alguns dados são tratados por subcontratantes, designadamente, por Psicólogos ou profissionais de saúde contratados pela Clínica TRP.
Contactos: Campo Grande, 12, 1.º, escritório 5, 1700-092 Lisboa | 911 155 125 | 217 970 369 | info@psicologiadadosono.com

Existe Encarregado de Proteção de dados na Clínica?

Não.

Quais os dados recolhidos e com que fundamento?

A Clínica recolhe vários tipos de dados em função da competência que esteja a ser exercida por esta entidade.

1. Recolha de dados pessoais para efeitos de agendamento de consultas:

A Clínica TRP recolhe dados de identificação pessoal dos seus utentes, designadamente, o nome, a morada, o contacto telefónico e o endereço eletrónico. O tratamento destes dados tem como fundamento o consentimento do titular – artigo 6.º, n.º 1, al. a) do RGPD –, ou seja, a recolha é precedida do seu consentimento expresso, específico e informado, através de suporte escrito ou via web.

2. Recolha de dados pessoais para efeitos de faturação: A Clínica TRP recolhe dados de identificação pessoal dos seus utentes, designadamente, o nome e o número de identificação fiscal. O tratamento destes dados para efeitos faturação tem como fundamentos o desenvolvimento de diligências pré-contratuais e a execução do contrato do qual o titular é parte bem como o cumprimento de obrigações legais – artigo 6.º, n.º 1, do RGPD.

3. Recolha de dados pessoais de saúde: Os Psicólogos ou outros profissionais da Clínica TRP, como entidades subcontratantes, recolhem dados de saúde dos seus utentes com a finalidade de diagnosticar e tratar as suas patologias. O tratamento tem fundamento no consentimento explícito do titular – artigo 6.º, n.º 1, al. a) conjugado com o artigo 9.º, n.º 2, al. a), ambos do RGPD –, ou seja, a recolha é precedida do seu consentimento expresso, específico e informado, através de suporte escrito ou via web. Na recolha e tratamento dos dados, a Clínica TRP e os profissionais que aí prestam serviços cumprem as obrigações legais aplicáveis e observam os princípios e regras de tratamento, solicitando o consentimento dos titulares dos dados, quando tal é necessário para proceder ao tratamento dos mesmos. Note-se que, quanto a estes dados, os mesmos são recolhidos pelos Psicólogos/clínicos, ou a seu pedido, constituindo-se estes como responsáveis pelo tratamento.

Quais as finalidades para as quais recolhemos os seus dados?

Os dados pessoais recolhidos apenas são processados para fins específicos, explícitos e legítimos. Sempre que sejam recolhidos dados pessoais, os mesmos destinam-se exclusivamente às finalidades expressamente identificadas aquando da recolha.

Por quanto tempo os dados recolhidos são tratados?

A Clínica TRP e os Psicólogos/clínicos tratam e conservam os seus dados apenas durante o período que se mostre necessário à prossecução ou conclusão das finalidades do tratamento a que se destinam, em respeito pelos prazos máximos necessários para cumprir com obrigações contratuais, legais ou regulamentares. Quando exista um contrato que legitime o tratamento dos seus dados, a entidade que trata os dados - a

Clínica ou os Psicólogos - manterá tais dados enquanto se mantiver tal relação contratual e pelo período posterior necessário para exercício e garantia dos seus direitos. Outras circunstâncias existem, como o cumprimento de obrigações legais ou regulamentares, que obrigam a que os dados sejam conservados por prazos superiores. Findo o período de conservação, a entidade que trata os dados procederá à eliminação dos referidos dados ou, em casos excecionais, manterá os mesmos ainda que anonimizados.

Os dados pessoais estão seguros?

A Clínica TRP e os Psicólogos/clínicos adotam diversas medidas de segurança de caráter técnico e organizativo, de forma a proteger os dados pessoais que recolhem contra a perda, difusão, alteração, tratamento ou acesso indevidos ou não autorizados.

A Clínica TRP e os Psicólogos/clínicos podem partilhar e comunicar os dados pessoais a terceiros?

Não. Os dados recolhidos não são publicamente divulgados ou partilhados com qualquer entidade terceira, sendo apenas tratados pela entidade que procede à sua recolha.

Contudo, os dados clínicos podem ser utilizados para discussão em reuniões clínicas ou multidisciplinares, ou de forma anonimizada em reuniões científicas.

Quais os direitos dos titulares de dados pessoais?

a) Direito de acesso - prestação de informação sobre os dados pessoais que a Clínica e os Psicólogos detêm sobre o titular dos dados e sobre o respetivo tratamento; b) Direito de retificação - correção, atualização ou inclusão de informação (que possa estar em falta) relativa ao titular dos dados; c) Direito ao apagamento dos dados - apagamento dos dados, verificados os requisitos legais para o efeito, nomeadamente quando deixem de ser necessários para os tratamentos a que se reportam; d) direito à limitação do tratamento - suspensão (temporária) do tratamento de dados, observados os requisitos legais aplicáveis; e) Direito à portabilidade - disponibilização dos dados pessoais facultados, em formato estruturado de uso corrente e de leitura automática, de modo a que possam ser transmitidos a outro responsável pelo tratamento; f) Direito de oposição - revogação de consentimento para tratamento(s) de dados efetuado(s) com base nesse fundamento.

Como pode o titular dos dados exercer os seus direitos e aceder a informação sobre gestão de dados pessoais?

A Clínica assegura aos titulares dos dados o exercício dos seus direitos de acesso, portabilidade, retificação, oposição e apagamento dos dados, bem como a limitação do seu tratamento. Estes direitos podem ser exercidos mediante o envio de *email* para rgpd@psicologiadadosono.com. Relativamente aos dados clínicos, e apesar de o responsável pelos mesmos ser o Psicólogo, os direitos podem na mesma ser exercidos através do referido email. Os titulares dos dados podem ainda apresentar reclamação à Autoridade de Controlo que fiscaliza a aplicação da legislação que, em Portugal, é a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Podem os dados pessoais recolhidos serem usados para outras finalidades que não as indicadas?

Quando o responsável pelo tratamento tiver a intenção de proceder ao tratamento posterior dos dados pessoais para um fim que não seja aquele para o qual os dados tenham sido recolhidos, antes desse tratamento deverá fornecer ao titular dos dados informações sobre esse fim, bem como quaisquer outras informações pertinentes.

O que é uma violação de dados?

Uma violação de dados é uma quebra de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, aos dados pessoais tratados. São exemplo de violação de dados: a) A transmissão verbal ou escrita não autorizada de dados pessoais; b) A perda, roubo ou guarda em local inseguro de documentos ou dispositivos (computador ou telemóvel); c) O envio de dados pessoais para o destinatário errado.

Caso detete a ocorrência de qualquer uma das situações aqui descritas, pode efetuar reclamação junto da Autoridade de Controlo que, em Portugal, é a Comissão Nacional de Proteção de Dados.